

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE 5: NATURALEZA Y AMBIENTE EN LA FRONTERA NATUREZA E AMBIENTE NA FRONTEIRA

**Territórios da conservação: novos arranjos espaciais na zona de fronteira da Amazônia Brasileira**

Rebeca Steiman

PPGG/UFRJ[[1]](#footnote-1)

rsteiman@ufrj.br

**Resumo**

A emergência de uma perspectiva global sobre o ambiente e de uma abordagem global às questões ambientais nas últimas décadas tem levado a um crescimento sem precedentes: i) do número e da variedade de arranjos espaciais destinados à conservação da natureza e à gestão de recursos naturais; ii) e da importância das regiões, ecossistemas e recursos transfronteiriços, como um exemplo emblemático de que as questões ambientais transcendem as fronteiras políticas e fogem do escopo de cada soberania nacional. Doze desses arranjos espaciais foram identificados na zona de fronteira da Amazônia Brasileira com os países vizinhos, assim como as condições e os efeitos espaciais incipientes de sua implantação.

**Eixo 5: Natureza e ambiente na fronteira**

Rebeca Steiman é professora adjunta no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e vice-coordenadora do Grupo Retis de pesquisa.

***Introdução***

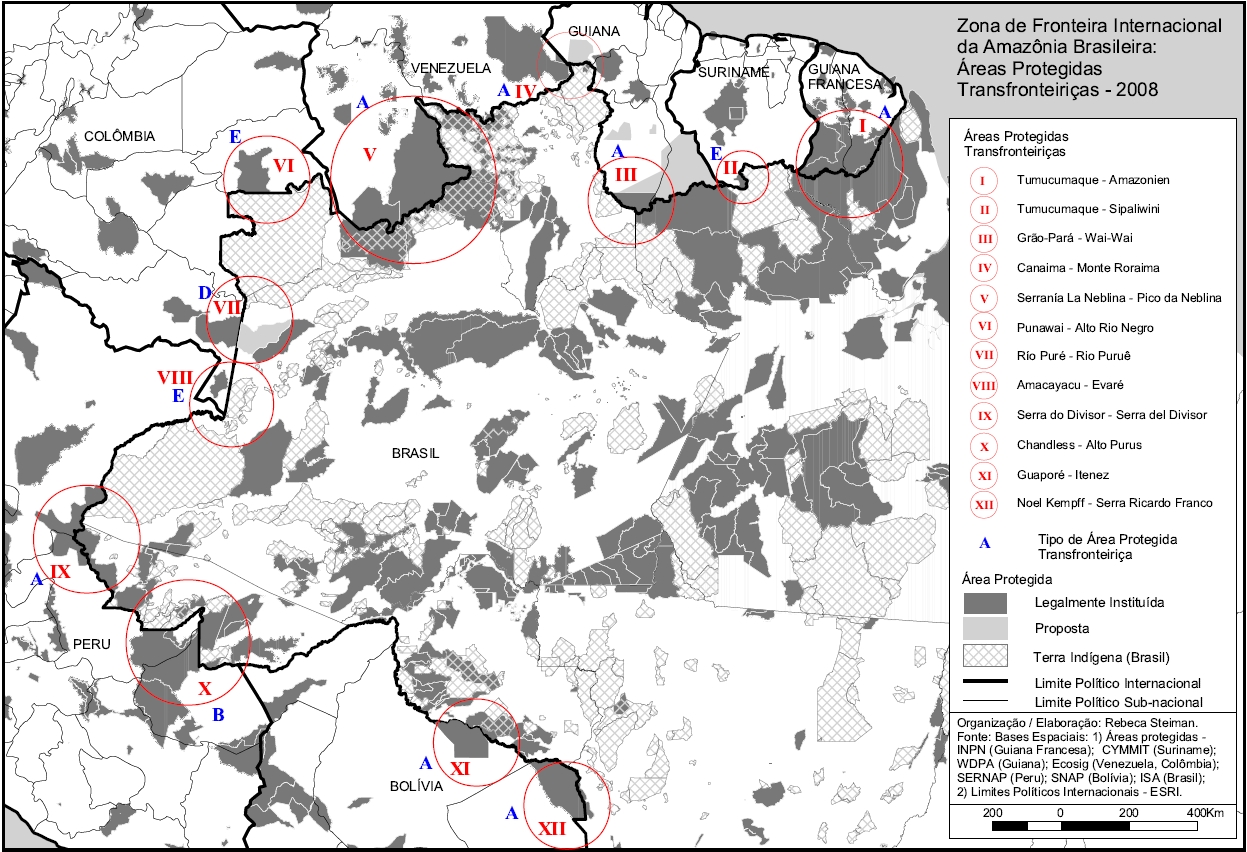
A emergência de uma perspectiva global sobre o ambiente e de uma abordagem global às questões ambientais nas últimas décadas tem levado a um crescimento sem precedentes: i) do número e da variedade de arranjos espaciais destinados à conservação da natureza e à gestão de recursos naturais, aos quais alguns autores já se referem como *territórios da conservação*, cujas regras de uso do solo e finalidades são cada vez mais balizadas por fóruns, organizações e agendas globais; ii) e da importância das regiões, ecossistemas e recursos transfronteiriços, como um exemplo emblemático de que as questões ambientais transcendem as fronteiras políticas e fogem do escopo de cada soberania nacional.

A zona de fronteira da Amazônia Brasileira não é exceção. Na região há pelo menos doze áreas protegidas transfronteiriças (Mapa 1), a maioria das quais objeto de iniciativas transfronteiriças de conservação voltadas à criação, consolidação ou cooperação entre áreas protegidas. Pretende-se empreender uma análise comparativa das condições e da gênese de tais áreas ao longo dos limites políticos internacionais da Amazônia Brasileira com os países vizinhos. A opção pelo termo ‘gênese’ pretende dar conta da ambiguidade característica ao processo, uma vez que as áreas protegidas transfronteiriças são assim como as zonas de fronteira uma impossibilidade jurídica: tornam-se possíveis pela proposição ou instituição legal de áreas protegidas componentes por governos de cada lado do limite político internacional, ao mesmo tempo em que emergem da interação entre habitantes e organizações atuantes em diversas escalas geográficas.

O termo área protegida transfronteiriça pretende descrever o padrão espacial intrincado que resulta de áreas protegidas localizadas nos dois lados do limite internacional, muitas delas na vizinhança ou superpostas a terras indígenas homologadas ou já demarcadas assim como outras áreas sujeitas à legislação especial. Cada área protegida transfronteiriça foi classificada segundo: i) a tipologia de áreas protegidas transfronteiriças IUCN/ITTO; ii) o processo de gênese das áreas protegidas, a partir da análise bibliográfica das áreas protegidas localizadas no Brasil e em outros lugares do mundo (STEIMAN, 2008).

Ambas as classificações permitem comparar as situações encontradas na fronteira do Brasil com seus vizinhos sul-americanos e situações já identificadas em outros continentes. Apesar das singularidades geográficas, a padronização das classificações permite o compartilhamento de informações segundo sistemas de informações mais gerais (CAVALCANTI E RUBERT, 1989).

**Mapa 1**

****

***Áreas protegidas em regiões de fronteira na Amazônia sul-americana***

Em quase todos os países considerados, a parcela de áreas protegidas próximas ou ao longo do limite político internacional é bastante elevada. Na Bolívia, mais da metade das 22 áreas protegidas de interesse nacional se situa na faixa de fronteira, cuja largura é de 50 Km conforme estabelece a Constituição de 1967 (reformada em 1994). Na faixa de fronteira do Peru, que apresenta a mesma largura (Constituição de 1993), encontram-se 15 das 60 áreas protegidas nacionais. Igualmente no Brasil, um quarto das unidades de conservação federais e estaduais da Amazônia Legal situa-se em faixa de fronteira. Colômbia e Venezuela também apresentam um número expressivo de áreas protegidas localizadas na região de fronteira, limítrofes ou não com os países vizinhos.

No caso da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, que abrangem poucas áreas protegidas, há apenas um caso cada na região de fronteira, todos conformando áreas protegidas transfronteiriças com o Brasil. Cabe, no entanto, ressaltar que a única área protegida limítrofe da Guiana Francesa possui mais de 3 milhões de hectares e ocupa sozinha quase toda a porção sul do departamento. Planos semelhantes estão em curso na Guiana e no Suriname para criação de imensas áreas protegidas nas respectivas regiões meridionais.

É pouco provável, no entanto, que Guiana Francesa, Suriname e Guiana estabeleçam áreas protegidas nas regiões de fronteira que mantém entre si, pois há conflitos ainda vigentes relativos à localização exata dos limites políticos internacionais, situação que poderá ser revertida se iniciativas de criação de ‘parques da paz’ ganhem força e sejam implementadas nessas regiões. Os ‘parques da paz’ não são uma ideia estranha ao continente, desde a implantação de um ‘parque da paz’ em um limite político disputado entre o Peru e o Equador. A *Cordillera del Condor*, como ficou conhecida, foi desenhada durante as negociações de paz entre os dois países e conta com amplo financiamento da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), cujos programas de conservação transfronteiriça cobrem cerca de 10 milhões de hectares em nove países tropicais.

No conjunto de países considerados, a intangibilidade das áreas protegidas constitui um dos aspectos mais generalizados. A falta de acesso foi por si só a única garantia de manutenção dos ecossistemas ali situados em condições consideradas ‘*primevas*’ ao longo de muitos anos. Por extensão, os custos políticos e financeiros de implantação eram reduzidos, quer por se tratar de terras de baixo preço ou de propriedade do Estado, quer pela baixa densidade demográfica.

Além do valor intrínseco das características naturais de tais áreas, argumentos diversos foram mobilizados a favor da criação de áreas protegidas em regiões de fronteira da Amazônia ao longo dos últimos cinquenta anos. Em contraste com a visão corrente, manifestada por alguns setores militares, de que a presença de parques nacionais e outras áreas protegidas ao longo dos limites políticos internacionais torna o território nacional vulnerável, outrora a utilidade de tais áreas para a defesa das fronteiras foi explicitamente enunciada por dispositivos legais no início do século XX.

A política territorial de interdição de acesso via implantação de áreas protegidas e terras indígenas tem prevalecido sobre a política de “vivificação de fronteiras”, que associa frentes militares com projetos de colonização (BRASIL, 2005). A criação de ‘zonas-tampão’ em extensas regiões fronteiriças é inspirada por vários fatores: a) a presença de recursos naturais próximos da fronteira, explorados ou não; b) a existência de áreas de tensão militar; c) o reconhecimento da ocupação do território por povos indígenas, cuja mobilidade transfronteiriça é intensa e bastante antiga. Além de suas vantagens comparativas sob a ótica orçamentária - por intermédio da redução dos custos da infraestrutura de defesa e vigilância -, a interdição ou restrição de acesso permite impedir ou dificultar o avanço de frentes pioneiras. No caso do Brasil, tais frentes são majoritariamente frentes de povoamento ou de exploração que avançam a partir do próprio território nacional. Se as ‘zonas-tampão’ nem sempre conseguem reduzir a atuação de frentes dessa natureza, constituem ainda assim um recurso importante para coibir a grilagem uma vez que as terras tituladas e áreas protegidas são registradas como áreas do patrimônio público da União.

A tensão entre os dois modelos parece arrefecer à medida que, no Brasil e nos países vizinhos, forças armadas têm sido cada vez mais chamadas a colaborar em operações contra ilícitos ambientais. Antes de sua recente e polêmica declaração sobre os conflitos ora vigentes entorno da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, reportou uma série de indícios de potencial convergência entre o crime ambiental e o crime organizado, especialmente o narcotráfico, em diversas regiões da Amazônia. O papel do exército nesse contexto de ameaça é, segundo o general, importante e complementar ao de outras forças: “Esse é meu grande pleito: que o Brasil possa unir as forças de repressão ao ilícito”.[[2]](#footnote-2) Assim, segundo o general, os numerosos efetivos do exército, fortemente treinados em operações na selva e muitas vezes oriundos de povos indígenas - nativos e conhecedores da região - podem complementar a atuação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Ambos têm poucos efetivos mas detêm a autoridade de reprimir crimes ambientais. De maneira análoga, podem também apoiar a ação da Polícia Federal, autoridade no combate ao tráfico de drogas. Nos países vizinhos, também se verifica a mobilização das forças armadas no combate a crimes ambientais, como é o caso na Guiana Francesa da utilização de efetivos da *Gendarmerie* e da Legião Estrangeira (mercenários, inclusive brasileiros) contra os garimpos ilegais que operam dentro do Parc Amazonien.

No Brasil, a garantia da instalação de pelotões de fronteira em áreas protegidas e terras indígenas, assegurada por intermédio de novos dispositivos legais e pela dotação de recursos orçamentários, tem igualmente contribuído para o arrefecimento da tensão. A solução é do tipo ‘ganha-ganha’, restringindo a atuação do Exército à perspectiva táctica, ao mesmo tempo em que reduz a oposição militar à criação de novas áreas protegidas e à titulação de terras indígenas.

***Contiguidade espacial entre áreas protegidas***

Até anos recentes entretanto, a ocorrência de áreas protegidas em ambos os lados do limite político internacional era incomum. Um levantamento realizado pela FAO em meados da década de 1980 apontou catorze ocorrências na América Latina, das quais apenas uma incidente na zona de fronteira da Amazônia Brasileira com os países lindeiros (MARCHETTI ET AL, 1992).

A porção brasileira da zona de fronteira é geralmente mais profícua do que a porção limítrofe, tanto em áreas protegidas quanto em terras indígenas. E não é incomum que o lado oposto da zona de fronteira apresente apenas uma área protegida na região de fronteira. Este padrão espacial não é, entretanto, a regra. A sub-representação dos diversos padrões de ocupação e titulação de terras indígenas nos países lindeiros resulta em muitos casos da indisponibilidade de mapas e bases espaciais.

No Brasil, quer no interior, quer na faixa de fronteira, é raro encontrar uma área protegida que não esteja conectada a outras áreas protegidas ou a terras indígenas. O padrão espacial de áreas justapostas ou sobrepostas é largamente predominante, o que torna difícil delimitar os conjuntos propriamente fronteiriços uns dos outros e do restante das outras áreas protegidas nacionais.

As áreas protegidas transfronteiriças **I**, **II** e **III** formam do lado brasileiro um grande bloco de terras, conectado por diversas áreas protegidas, que mantém entre si não apenas processos ecológicos, mas interações entre habitantes e entre frentes de exploração madeireira e garimpeira. O conjunto integra áreas do Amapá e do Pará na fronteira com a Guiana Francesa, Guiana e Suriname. Particularmente no Pará, estabelecer que áreas fazem parte dos complexos **II** e **III** torna-se mais problemático pois a maior parte das áreas protegidas ali situadas foi criada em bloco pelo governo estadual em 2006. A contigüidade espacial desse bloco com diversas terras indígenas de Roraima permite uni-lo ao Corredor Central da Amazônia, um dos corredores de biodiversidade prioritários do Programa PPG-7, que se estende por toda a calha do rio Amazonas-Solimões no estado do Amazonas.

As áreas protegidas transfronteiriças **V** e **VI** no noroeste da Amazônia Brasileira são igualmente conectadas, neste caso por uma terra indígena na região do alto rio Negro. Uma segunda terra indígena no ponto tripartite entre Brasil, Colômbia e Venezuela encontra-se em estudo e poderá também conectar os dois mosaicos. A terra indígena Kué-Kué Marabitana é apoiada tanto por organizações indígenas locais, quanto por organizações conservacionistas.

Já no Acre, a Reserva Extrativista Alto Juruá e pequenas terras indígenas limítrofes ao Peru fazem o papel de elo de ligação entre as áreas protegidas transfronteiriças **IX** e **X**. Do lado peruano, as áreas protegidas do complexo **X** integram o desenho ambicioso do Corredor de Conservação Vilcabamba-Amboró, que conecta áreas protegidas de diversas categorias do Peru e da Bolívia.

A tênue ligação do Parque Nacional Noel Kempff Mercado em Santa Cruz na Bolívia com a Floresta Extrativista de Laranjeiras em Rondônia igualmente permite conectar as áreas protegidas transfronteiriças **XI** e **XII**.

***Incidência de tipos de áreas protegidas transfronteiriças***

Contigüidade espacial é também a regra entre áreas protegidas situadas em lados opostos ao longo do limite político internacional. Portanto, a ocorrência do tipo **A**, que pressupõe justaposição entre duas ou mais áreas, mostrou-se predominante, abarcando sete dos doze casos analisados. As zonas de fronteira do Brasil com a Guiana Francesa (1), a Guiana (1), a Venezuela (2) e a Bolívia (2) apresentam unicamente áreas protegidas desse tipo. Se estabelecidas, as duas áreas protegidas propostas na zona de fronteira da Guiana com o Brasil (incluídas nos casos **III** e **IV**), também serão contíguas a áreas brasileiras.

Apenas uma das áreas protegidas transfronteiriças incide no tipo **B**: a área **X**, localizada na região do Alto Purus, na zona de fronteira Brasil-Peru. Embora haja contiguidade espacial das porções leste e oeste do parque peruano com áreas protegidas brasileiras, há uma área interveniente que foi deixada à parte com a transformação da zona reservada (2000) em parque nacional (2004). Zonas a leste e a oeste do parque também foram eliminadas do traçado original da zona reservada, reduzindo a área total (5.101.945 ha) à cerca da metade do traçado original (2.724.264 ha). A zona interveniente entre as áreas protegidas do bloco é ocupada por comunidades nativas tituladas ou em trâmite de titulação e pela pequena cidade de Puerto Esperanza, capital da Província de Purus (INRENA, 2005:19).

A predominância da ocupação indígena foi o fator preponderante na escolha do tipo **B** (uso favorável), em detrimento do tipo **C** (uso não favorável). No entanto, o recrudescimento da exploração ilegal de madeira no interstício entre os parques - reportado por indíos *ashaninka* brasileiros e peruanos - indica uma alteração importante do padrão de uso do solo no futuro próximo. De acordo com os levantamentos preliminares realizados pela WWF para subsidiar a categorização da zona reservada, as margens ocidental e oriental do parque nacional peruano são atualmente as mais severamente ameaçadas, assim como a Reserva Territorial Murunahua (WWF, 2003).

Esse não é um problema particular da região, mas tem efeitos territoriais específicos na zona de fronteira. Na busca por mogno, essas frentes de exploração madeireira têm avançado para o interior do parque peruano e em território brasileiro, onde a extração da espécie é proibida.

A política de concessões florestais (*bosques nacionales*) iniciada pelo governo peruano em 2002 acirrou a extração ilegal, uma vez que tornou possível ‘esquentar’ a madeira extraída fora das áreas concedidas e no território vizinho, um processo que atinge outros segmentos da zona de fronteira Peru-Brasil, como é o caso do vale do Javari (NASCIMENTO, 2006). O avanço das frentes madeireiras tem impactos ambientais expressivos, uma vez que a sobre-exploração do mogno atinge também outras espécies da flora e da fauna regional.

Os povos indígenas da região são afetados tanto pela redução da caça, quanto pelas condições de trabalho precárias, uma vez que grande parte da mão-de-obra empregada na extração de madeira é nativa da região. Segundo a Associação dos Povos Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA), tais frentes modificaram o padrão de deslocamento de grupos de índios isolados da região, que passaram a invadir as terras de outras etnias no território brasileiro, acarretando conflitos (OLIVEIRA, 2015). As consequências do contato dessas frentes sobre as condições de saúde dos grupos indígenas até então isolados também foram denunciadas (WWF, 2003; NASCIMENTO, 2006).

Igualmente, apenas uma das áreas protegidas transfronteiriças (**VII**) enquadra-se no tipo **D**, uma vez que quase todas as outras áreas propostas foram formalizadas. Trata-se da Reserva Extrativista do Rio Puruê, situada na bacia do rio de mesmo nome, afluente do rio Japurá. Se criada, a reserva extrativista fará fronteira em território brasileiro com a Estação Ecológica Juami-Japurá, para a qual já funciona como uma zona de amortecimento e, em território colombiano, com o Parque Nacional Natural Río Puré, criado em 2002. Operações conjuntas do IBAMA, Exército e Polícia Federal desmontaram garimpos ilegais que funcionavam na região do rio Puruê há vinte anos. Tentativas anteriores haviam sido sistematicamente frustradas pela fuga dos garimpeiros para o território colombiano, os quais neste episódio foram surpreendidos por um bloqueio na fronteira. Os agentes que participaram da operação reportaram a devastação causada pelos garimpos, cujas consequências para a concretização dos planos de implantação da unidade ainda são desconhecidas.

A tomar por exemplo as duas outras áreas protegidas transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Colômbia (**VI** e **VIII**), o caso **VII** terá chances reduzidas de se consolidar. Ambas recaem no tipo **E**, em que uma ou mais áreas protegidas adjacentes ou próximas ao limite político colidem com um padrão de uso do solo favorável na porção oposta ao limite.

As áreas protegidas transfronteiriças **VI** e **VIII** são regiões consideradas estratégicas por se situarem em segmentos tripartites da zona de fronteira, o primeiro com a Colômbia e a Venezuela e o segundo com a Colômbia e o Peru. Diversos outros fatores contribuem (de forma associada) para que sejam consideradas como regiões de alta complexidade: a) uma longa história territorial relacionada a presença de antigos lugares de passagem e comunicação pelos rios negro e Solimões; b) a (importância da) presença e a mobilidade indígena; c) a inserção em rotas fluviais de tráfico de drogas; d) a expressiva presença de instalações e efetivos das forças armadas.

A ideia de implementar um parque trinacional no trapézio amazônico (**VIII**) - região de fronteira compartilhada por Brasil, Colômbia e Peru – foi aventada já em 1986. A criação do parque trinacional dependia então da criação de áreas protegidas limítrofes no Brasil e no Peru e da expansão da única área protegida existente, o Parque Nacional Natural Amacayacu, única ação concretizada (1987). Em 1989, a ideia foi reiterada durante a elaboração do Plano Modelo de Desenvolvimento Integrado Tabatinga-Apapóris, um trabalho promovido pela OEA em conjunto com a Comissão Mista de Cooperação Amazônica Brasil-Colômbia em 1989.

O parque tem nova chance de sair do papel, pois foi recomendado em 2007 como sítio prioritário para implantação de uma área protegida transfronteiriça no âmbito de um projeto conduzido pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (FREITAS, 2007), que ademais apoia outra iniciativa de avaliação de oportunidades de conservação em áreas protegidas situadas em zona de fronteira na América Latina. Curiosamente, o fator chave para sustentar a escolha de sítios prioritários é a existência de compromisso entre as autoridades responsáveis dos países envolvidos e de condições políticas favoráveis.

Planos para implantar a área protegida transfronteiriça **VI** como uma área do tipo **A** também foram concebidos e executados, mas as 11 florestas nacionais criadas por decreto na região do alto Rio Negro - e que seriam complementares a reserva colombiana Puinaiwai - jamais foram implantadas *de fato*. Há, no entanto, intensa colaboração em ambos os lados da fronteira, promovida mormente por povos indígenas e organizações não-governamentais.

A área protegida transfronteiriça Tumucumaque-Sipaliwini (**II**) é a terceira e última área incidente no tipo **E**. A área abrange a reserva natural Sipaliwini, criada em 1972 para proteger uma área de savana que se estende além do limite internacional e integra parte da terra indígena PI Tumucumaque. Apesar de despovoada, a reserva é utilizada para caça e como ponto de passagem para o Brasil por grupos indígenas que habitam no entorno imediato e em outros pontos da região sul do Suriname. Os povos habitantes dos dois lados do limite internacional descendem dos mesmos grupos étnicos e ainda mantém intercâmbios entre si (GALLOIS E GRUPIONI, 2003).

Toda a região sul do Suriname é reivindicada como terra indígena, mas o país não reconhece direitos identitários ou territoriais a outras etnias (povos indígenas e *marroons*). Atuante em ambos os lados do limite político internacional, a organização não-governamental Amazon Conservation Team (ACT) apoia o reconhecimento desses direitos no Suriname e trabalha com os povos indígenas dos dois países em projetos de conservação ‘biocultural’. O cerne da estratégia da ACT é o ‘etno-mapeamento’, uma prática corrente também em outras áreas protegidas transfronteiriças, cuja premissa é sustentar a legalização e a proteção das terras indígenas, além de atividades de manejo dos recursos naturais. Imagens de alta definição, resultado de uma parceria da ACT para utilização do *software* Google Earth, são utilizadas pelos índios para monitorar via satélite o aparecimento de novas minas.

***Gênese das áreas protegidas transfronteiriças***

Em todos os casos analisados, dois processos de gênese prevaleceram. Nove áreas protegidas transfronteiriças se formaram a partir da criação de uma área protegida ou terra indígena proposta no lado oposto ao limite internacional (**A**). Tais áreas passaram da condição de propostas para a de legalmente instituídas em intervalos que variam de cinco a quase trinta anos. Nos três casos restantes, o estabelecimento legal ocorreu de forma concomitante (**C**) – em até um ano - e aparentemente coordenada.

A despeito do intervalo de tempo entre atos legais de criação, em pelo menos sete dos doze casos, as áreas protegidas foram planejadas simultaneamente. O que é mais notável, no entanto, é o ritmo atual de consolidação dos blocos transfronteiriços, uma vez que nove das doze áreas protegidas transfronteiriças se concretizaram com a implantação de uma área protegida ou de uma terra indígena adjacente no período entre **1996-2007**. Também entre os países vizinhos, mais de uma dezena de casos está em curso ou se consolidou recentemente.

A oferta de recursos de doadores internacionais e a presença de organizações não-governamentais atuantes em ambos os lados da fronteira são, sem dúvida, os principais fatores que corroboraram para o estabelecimento recente de áreas protegidas transfronteiriças. Em pelo menos oito das doze áreas, há uma organização atuante em ambos os lados da fronteira; sete das quais se consolidaram no período supramencionado. Tais organizações não apenas se aliaram a governos nacionais e subnacionais para criar áreas protegidas, como também impulsionaram dezenas de projetos e eventos transfronteiriços de cooperação em áreas protegidas novas ou pré-existentes.

Entre as trinta áreas protegidas e terras indígenas integrantes dos núcleos das áreas protegidas transfronteiriças, apenas três áreas protegidas aguardam estabelecimento legal. E apenas uma das três, a Reserva Extrativista Rio Puruê (Brasil) poderá implicar na criação de uma área protegida transfronteiriça do tipo **A**, uma vez que as outras duas (ambas na Guiana) pertencem a complexos já consolidados pela presença de outras áreas instituídas (as áreas protegidas transfronteiriças **III** e **IV)**.

O complexo **IV** no segmento tripartite da zona de fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana é o único exemplo entre as áreas protegidas transfronteiriças que poderá potencialmente envolver três países. O fato de que uma das áreas protegidas desse complexo ainda esteja em estudos reforça as dificuldades inerentes a implantação de tais áreas, raras também no contexto internacional.

No tocante à iniciativa, o Brasil apresenta uma postura mais reativa, pois em apenas quatro casos foi o primeiro país a criar uma área protegida adjacente ao limite internacional: duas na década de 1980 (**IX** e **XI**) e duas após 2000 (**I** e **III**). A iniciativa de criação de tais áreas é predominantemente do governo nacional em todos os países considerados, em contraste com o que ocorre fora da faixa de fronteira em países como o Brasil, a Bolívia e a Colômbia, onde as áreas protegidas estaduais/departamentais são de duas a quatro vezes mais numerosas.

Na Amazônia Legal, no entanto, há um certo equilíbrio entre o número e a área ocupada por unidades de conservação federais e por unidades de conservação estaduais, embora estas sejam relativamente mais numerosas e menos extensas. Em contraste com outras regiões do Brasil, onde áreas protegidas estaduais vêm sendo criadas desde a década de 1940, na Amazônia esta é uma tendência recente (1989), mas em franco crescimento.

A reduzida participação dos governos estaduais e departamentais na criação de áreas protegidas em faixa de fronteira têm implicações sobre os tipos de unidades que estão sendo criados, uma vez que tais atores costumam dedicar mais área às categorias de conservação menos restritas (categorias V e VI da IUCN) do que os governos federais.

Nos doze complexos transfronteiriços analisados, as áreas protegidas de ‘proteção integral’ ou ‘uso indireto dos recursos naturais’ são amplamente predominantes. A categoria parque nacional - *grosso modo* equivalente à categoria II da IUCN, é a categoria mais recorrente e abrange mais da metade das áreas. Embora a presença de habitantes seja proibida ou condicional nessa categoria, há população residente em quase a totalidade das áreas. Os povos indígenas representam o maior contingente populacional dessas áreas protegidas, tanto no interior quanto no entorno imediato de tais áreas. A presença indígena é frequente mesmo em áreas onde não ocorre sobreposição com terras indígenas e constitui em muitos casos, razão de disputa pelo território.

Igualmente frequente é a sobreposição entre áreas protegidas de categorias e jurisdições distintas, pelo menos nos complexos mais antigos. Em território brasileiro, onde a extensão e o número de áreas protegidas são mais expressivos, a sobreposição é recorrente. O caso mais emblemático dentre os doze analisados é o do complexo **V**, onde camadas distintas de proteção foram sendo sobrepostas ao longo de trinta anos.

***Considerações finais***

Ao longo da última década, uma gama de organizações tem ativamente promovido e financiado a criação de áreas protegidas em zonas de fronteira. Tais áreas são entusiasticamente defendidas como capazes de conservar ecossistemas que se espraiam através de fronteiras políticas e como ponto de partida para integrar esforços mais amplos de cooperação regional entre países.

Longe de se transformarem em exemplos de gestão integrada, as doze áreas protegidas transfronteiriças situadas na zona de fronteira da Amazônia Brasileira constituem arranjos espaciais complexos onde áreas protegidas se combinam e se sobrepõem a outros usos do solo. As sobreposições têm implicações importantes para a definição da jurisdição das instituições envolvidas e para a gestão compartilhada das áreas afetadas. São reveladoras não só da falta de coordenação entre instâncias governamentais, mas da concorrência de projetos diversos sobre o uso do território. O fato de que estes projetos sejam concebidos de forma conjuntural e muitas vezes apoiados em uma ‘geopolítica episódica’ é um complicador extra, especialmente em contextos já instáveis de cooperação binacional. A reorientação constante dos projetos à medida que grupos diversos ganham ou perdem força dentro das instituições geralmente acarreta a troca de pessoal encarregado em ambos os lados da fronteira, prejudicando os processos de intercâmbio já consolidados e os objetivos de conservação da natureza originalmente planejados.

***Referências Bibliográficas***

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (2005). *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.*Brasília: Ministério de Integração Nacional.

CAVALCANTI, C; RUBERT, O (1989). *Divisão hidrográfica nacional segundo Otto Pfafstetter, Classificação de Bacias Hidrográficas – metodologia de codificação.* Rio de Janeiro: DNOS.

FREITAS, G.S. de (2007). *Propuesta de trabajo sobre áreas protegidas colindantes en zonas de frontera en la región amazónica.*Brasilia: OTCA.

GALLOIS, D.T.; GRUPIONI, D.F (2003). *Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo.

INRENA (2005). *Informe Nacional del Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado Peruano 2007***.** Lima, Peru: Intendencia de Áreas Naturales Protegidas – INRENA / Comité Peruano de la Unión Mundial para la Naturaleza – IUCN / Grupo Nacional Peruano de la Comisión Mundial de Áreas Naturales Protegidas - WCPA/IUCN, Programa Desarrollo Rural Sostenible de la GTZ – Peru.

MARCHETTI, B.; ARREGUI, J. O.; PETERS, H (1992). *Manejo de áreas silvestres protegidas fronterizas en América Latina.* Santiago, Chile: FAO / PNUMA.

NASCIMENTO, H.S (2006). *A terra indígena Vale do Javari e a fronteira peruana***.** Brasília: Centro de Trabalho Indigenista.

OLIVEIRA, C. da R. (2015). *Áreas Protegidas, Territorialidade Indígena e Conflitos na Zona de Fronteira Brasil-Peru*. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ - Dissertação (Mestrado em Geografia).

STEIMAN, R (2008). *Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia Brasileira.* Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ - Tese (Doutorado em Geografia).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (2011). Áreas Protegidas em Zona de Fronteira. *Para Onde?!* Porto Alegre: UFRGS, 101-121.

1. O presente trabalho integra projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. [↑](#footnote-ref-1)
2. ‘Drogas devastam na Amazônia’. O Eco, 6 de agosto de 2008. [↑](#footnote-ref-2)